

Comissão estuda alternativa à redução da maioria penal

Investimento em educação, rigor no cumprimento das penas alternativas para menores e mais eficácia na ressocialização foram sugestões apresentadas em audiência pública que discutiu o combate à delinquência juvenil. **Páginas 4 e 5**



Paim (ao microfone) preside audiência pública com especialistas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.538 – Brasília, sexta-feira, 23 de fevereiro de 2007

Saneamento básico tem novas regras

Entrou ontem em vigor lei que determina investimento de R\$ 10 bilhões por ano, capaz de garantir ao final de 20 anos o acesso de todos os domicílios brasileiros aos serviços de saneamento

As mudanças previstas na lei

A Lei do Saneamento Básico prevê a universalização dos serviços de abastecimento de água, rede de esgoto e drenagem de águas pluviais, além da coleta de lixo para garantir a saúde da população brasileira.

Hoje, apenas 47% da população urbana brasileira têm acesso à rede coletora de esgoto e somente metade desse percentual conta com serviço de tratamento de esgoto.

Estão previstas ainda regras para o corte dos serviços de saneamento no caso de inadimplência do usuário. Somente hospitais, escolas, asilos e penitenciárias têm a garantia do fornecimento do serviço. O consumidor deve ser informado do corte 30 dias antes de a empresa adotar a suspensão do fornecimento.

O controle social da gestão dos serviços é uma das novidades da lei, segundo o secretário de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Sérgio Antônio Gonçalves. Será criado o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico, que permitirá o monitoramento, pela internet, da prestação dos serviços. A lei teve origem em comissão mista especial presidida pelo senador César Borges. **Página 7**

Maranhão quer ouvir ministro sobre bloqueio de verbas

Indicado para a presidência da Comissão Mista de Orçamento, o senador José Maranhão pretende iniciar os trabalhos, em março, com uma discussão sobre o bloqueio de R\$ 16,4 bilhões no Orçamento deste ano. Ele pretende convidar para o debate o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. **Página 3**

Senadores acompanham investigação sobre metrô

Em busca de informações sobre o desabamento das obras de uma estação do metrô de São Paulo, comissão de quatro senadores vai na segunda-feira ao Ministério Público e ao consórcio responsável. **Página 3**



Mário Angelo/Contragem

Crescimento será prioridade da CAE, diz Mercadante

A Comissão de Assuntos Econômicos vai priorizar, nos próximos dois anos, o crescimento econômico do país. É o que afirma o novo presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante, em entrevista à TV Senado. Ele também defende uma redução mais rápida da taxa básica de juros. **Página 7**

Impresso Especial
5362005/DR/BSB
SENADO FEDERAL
CORREIOS



Desabamento nas obras da estação Pinheiros: senadores querem saber se houve negligência

Servidores das duas Casas do Congresso, do TCU e da Câmara do DF poderão cursar Direito Legislativo, Comunicação Legislativa, Ciência Política ou Administração Legislativa

Unilegis inicia neste semestre quatro cursos de especialização

A Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) oferecerá, a partir de maio, quatro cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) em Comunicação Legislativa, Direito Legislativo, Ciência Política e Administração Legislativa. Cada curso terá a duração de três semestres, num total de 360 horas/aula.

Serão oferecidas 45 vagas, das quais 36 estarão reservadas para servidores do Senado com formação universitária completa. As nove vagas restantes serão abertas a servidores públicos de órgãos conveniados com o Senado, como a Câmara dos Deputados, o Tribunal de Contas da União e

a Câmara Legislativa do DF. Os candidatos deverão passar por uma prova de seleção. Os cursos serão ministrados por professores titulados, escolhidos no quadro de pessoal do Senado e de universidades federais conveniadas.

Os custos financeiros dos cursos ficarão a cargo do Senado, não havendo cobrança de mensalidades dos alunos. Enquanto a Unilegis não tiver construído sua sede própria, as aulas serão ministradas no prédio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Estruturado em três módulos, o curso de Comunicação Legislativa terá em sua grade de disciplinas Ética na Administra-

ção Pública, Teorias de Opinião Pública, e Jornalismo Legislativo. Já o curso de Direito Legislativo enfocará teorias política e do Direito, técnica legislativa, entre outros temas.

Formação Política do Brasil e Modelos de Democracia são algumas das disciplinas do curso de Ciência Política. Para o curso de Administração Legislativa estão previstos conteúdos de Direito Administrativo e Comunicação Institucional, entre outros.

A Unilegis prepara, ainda, um quinto curso de especialização, em Orçamento Público, a ser ministrado a partir de julho, também com duração de três semestres.

Palestra abre ano letivo do ILB e da Universidade do Legislativo

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), presidirá a abertura do ano letivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), no dia 7 de março, às 10h, no auditório do Interlegis. A solenidade contará ainda com a participação do diretor-geral do Senado, Agaciél Maia. Na ocasião, será ministrada aula inaugural, pelo professor Celestino Secco, sobre o tema “O Poder Legislativo e a Sociedade”.

Ex-deputado estadual, Celestino Secco é professor da Universidade de Lisboa e da Universidade

Estadual de Santa Catarina. A aula será transmitida em videoconferência às 25 escolas do Legislativo, que funcionam nas assembleias interligadas virtualmente ao Portal Interlegis.

Ainda no dia 7, terão início no ILB cursos de formação de chefes de gabinete, de ambientação dos novos assessores parlamentares e de inglês e espanhol.

Na Unilegis, os cursos são realizados em parceria com instituições autorizadas pelo Ministério da Educação a emitirem certificados de habilitação, entre elas a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal



1º secretário do Senado, Efraim Morais preside solenidade, no dia 7 de março

de Mato Grosso do Sul (UFMS). A Universidade do Legislativo foi criada durante a gestão do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) na presidência do Senado. Tem como reitor o presidente do Senado, Renan Calheiros, e como vice-reitora acadêmica Vânia Maione Alves Nina.

Mesquita Júnior quer dar o nome de Euclides da Cunha a rodovia no Acre

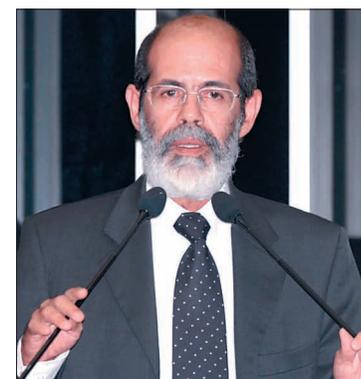
O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) pediu ontem o apoio dos senadores para proposta de sua autoria que dá o nome de Euclides da Cunha a trecho da BR-364 no Acre. Ao defender o projeto (PLS 27/07), o parlamentar lembrou o papel relevante desempenhado pelo escritor, que teria antecipado a necessidade de ocupação e defesa do Acre na disputa com a Bolívia.

Mesquita Júnior salientou a participação efetiva de Euclides da Cunha “no devassamento da Amazônia Ocidental”, como chefe da Comissão Mista Brasil-Peru, para o reconhecimento do curso do Alto Purus, quando das negociações do Tratado de Limites, despertando para um “outro Brasil”. O senador recordou que o escritor imaginou, ao longo da Linha Cunha Gomes, que marca o limite entre o Acre e o Amazonas, uma ferrovia que se chamaria Transacrea.

– Foi uma antevisão da rodovia iniciada e ainda não acabada, numa época em que ainda não se cogitava, sequer, a Madeira-Mamoré, compromisso do Tratado de Petrópolis, como compensação à Bolívia, pela troca de territórios prevista no acordo – afirmou.

Mercosul

Em seu discurso, Mesquita Júnior também elogiou o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), pre-



Para Mesquita Júnior, escritor teve papel relevante na ocupação e defesa do estado

sidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, ressaltando sua dedicação à instalação do Parlamento do Mercosul, tendo em vista a importância da integração dos países-membros do bloco. A instalação simbólica da instituição ocorreu em dezembro do ano passado, em solenidade realizada no Congresso Nacional.

O senador anunciou ainda que pretende apresentar projeto de resolução modificando o Regimento Interno do Senado no que diz respeito ao pedido de vista de projetos, alterando o funcionamento das comissões permanentes. Ele argumentou que, em muitos casos, apresentar pedido de vista “é uma medida protelatória, de postergação da discussão da matéria”, o que considera “um procedimento inadequado, que não condiz com o porte e a grandeza desta Casa”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Paulo Paim (PT-RS) são os primeiros inscritos como oradores na sessão não-deliberativa, às 9h. Sem a votação de matérias, o tempo é dedicado a pronunciamentos e avisos da Mesa.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Raul Rodrigues Grilo
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Sérgio Zambiasi, Mão Santa, Paulo Paim, Valdir Raupp e Eduardo Suplicy e pela senadora Rosalba Ciarlini

José Agripino critica demora de Lula em escolher novo ministério

O líder do PFL, José Agripino (RN), criticou ontem a demora do presidente Lula em nomear o novo ministério. Para ele, “Lula é o campeão” na demora em escolher os novos ministros, causada pelos conflitos entre os partidos da base aliada. O senador acrescentou que, se para Lula o ano só começa após o carnaval, já começou mal, com crescimento no índice de desemprego (8,4% em dezembro e 9,5% em janeiro) e queda de 1,1% na renda dos brasileiros.

Agripino avalia que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é apenas “um enunciado de intenções” e, mesmo que fosse integralmente implantado, não resolveria o problema da economia brasileira. O senador disse que o programa pressupõe investimentos de muitos bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que tem destinação específica determinada por lei. Ele propôs um debate sobre o que é preciso fazer para que o país “retome de verdade o crescimento, sem PAC, sem empulhação”.

– Dólar a menos de R\$ 2,10 é bom para quem vai viajar para o exterior, mas para quem produz, cria emprego e precisa exportar é um desastre. É preciso baixar a taxa de juros e diminuir a carga tributária – sugeriu.

Arthur Virgílio (PSDB-AM)



Agripino: “Se para o presidente o ano só começa após o carnaval, já começou mal”

afirmou, em aparte, que Lula teria duas saídas para o seu governo: ou um projeto concreto de nação ou a troca fisiológica de cargos. Para ele, “é a fisiologia que está atrasando a formação do ministério”, uma vez que “os partidos não se preocupam em indicar especialistas realmente vocacionados para determinado ministério”.

Eduardo Suplicy (PT-SP) observou que Lula ainda não se decidiu porque está substituindo “valores excepcionais” em seu ministério e pode considerar que é necessário tempo para substituir um time muito bom. Suplicy também disse achar a China um bom exemplo e espera debater com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e toda a diretoria do banco sobre como compatibilizar taxa de crescimento com menor taxa de juros.

Mão Santa: Lula não deve interferir na escolha do presidente do PMDB

Mão Santa (PMDB-PI) afirmou ontem que o presidente da República não pode interferir na escolha do presidente do PMDB. A convenção nacional do partido ocorrerá no dia 11 de março. Segundo informações da imprensa, o anúncio do novo ministério de Lula será feito ainda no final de fevereiro.

O senador defende a candidatura do atual presidente da legenda, Michel Temer, que irá disputar o posto com o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim.

– Lula que indique o presidente do PT, porque quem vai indicar o presidente do PMDB somos nós. O PMDB é do povo – afirmou o senador, lembrando que o partido completará 41 anos em março.

Numa reflexão feita em momento anterior de seu pronunciamento, Mão Santa afirmou que, em uma democracia, “a maior



“Lula que indique o presidente do PT. O PMDB é do povo”, defende Mão Santa

conquista de uma civilização”, as leis têm uma importância fundamental. No entanto, ele questionou por que um cidadão que não tem acesso ao mínimo necessário a sua sobrevivência se preocupará com as regras.

– É dever do governante propiciar trabalho, mas o povo não tem. Então, não interessa ao povo respeitar as leis – observou o parlamentar.

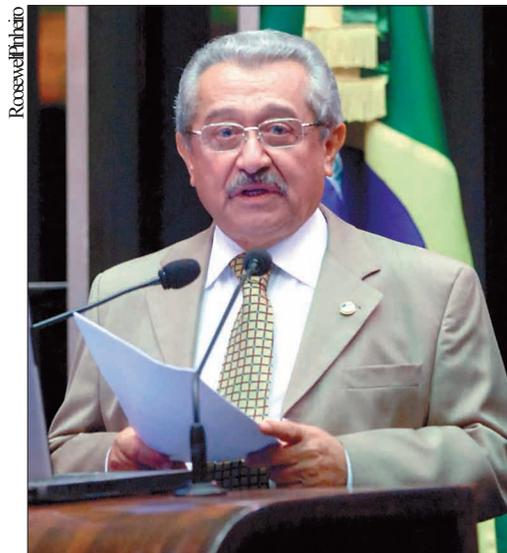
Paulo Bernardo será convidado a falar sobre o contingenciamento de dotações orçamentárias, que tem forte impacto sobre as emendas parlamentares

Ministro poderá explicar ao Congresso bloqueio de R\$ 16 bi

A agenda de debates da Comissão Mista de Orçamento (CMO) deste ano pode ser aberta com audiência para que o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, explique o bloqueio de R\$ 16,4 bilhões das dotações orçamentárias. O convite ao ministro será objeto de requerimento a ser apresentado pelo senador José Maranhão (PMDB-PB), que vai presidir a comissão neste novo período legislativo.

Maranhão vai formular a proposta assim que forem retomados os trabalhos da CMO, na segunda quinzena de março. Segundo ele, o ministro precisa oferecer ao Congresso esclarecimentos sobre as razões e critérios que orientaram o contingenciamento (nome da medida na linguagem tecnocrática) que recai sobre despesas discricionárias – aquelas sem execução obrigatória –, com forte impacto nas emendas parlamentares.

– Não posso conceber que o ministro tenha pensado que os parlamentares não tenham tido responsabilidade ao apresentar as emendas – comentou José Maranhão.



José Maranhão irá presidir a Comissão Mista de Orçamento

Ao anunciar o bloqueio, Paulo Bernardo antecipou que a intenção do governo é garantir até o fim do ano a liberação de R\$ 4 bilhões dos R\$ 12,08 bilhões de despesas inseridas no Orçamento por meio de emendas individuais e de bancadas. Nesse patamar, o total de liberações ficaria limitado ao mesmo volume do ano passado. Em sua maioria, as emendas são utilizadas para a indicação de pequenos investimentos nos municípios.

Para o senador, é inaceitável que a origem da indicação da despesa, o Legislativo, tenha sido adotada como critério de corte. Até porque, argumentou, a programação apresentada pelo Executivo inclui o mesmo gênero de despesa daquelas previstas nas emendas parlamentares – que se destinam à saúde, à educação e ao saneamento, entre outros setores.

Amparado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o contingenciamento tem caráter preventivo. No início de cada ano, sem a certeza sobre a realização da totalidade das receitas, o governo edita decreto com o bloqueio de parte das despesas orçamentárias. Os recursos são liberados na proporção em que as receitas se confirmam – processo acompanhado, no caso das emendas parlamentares, de árdua negociação com o Executivo.

Senadores buscam informações sobre o acidente no metrô de SP

Romeu Tuma (PFL-SP) confirmou ontem à Agência Senado que na próxima segunda-feira, às 9h, ele e mais três senadores farão uma visita ao Ministério Público de São Paulo para saber como andam as investigações relativas ao desabamento nas obras da estação Pinheiros, da Linha Amarela do metrô paulista, ocorrido em janeiro último e que provocou a morte de sete pessoas. Na mesma segunda-feira, à tarde, a partir das 16h, a comitiva vai reunir-se com representantes do consórcio responsável pela obra, formado por cinco empreiteiras.

O senador entende ser necessário verificar, em primeiro lugar, se houve negligência quanto à segurança e se as empresas construtoras usaram material não especificado originalmente no projeto com dupla finalidade: a de diminuir o custo da obra e

a de concluir os trabalhos com maior rapidez.

Além de Romeu Tuma, devem compor a comitiva designada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) os outros dois senadores que compõem a bancada paulista na Casa – Aloizio Mercadante e Eduardo Suplicy, ambos do PT – e o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

A formação, pela CAE, de um grupo de senadores para acompanhar de perto as investigações sobre o desabamento nas obras do metrô ocorreu em razão de estar tramitando no colegiado o contrato de parceria público-privada (PPP) da Linha 4 do metrô paulista, que prevê investimento global da ordem de R\$ 3,98 bilhões, sendo 81% sob responsabilidade do Tesouro estadual e 19% por conta do parceiro privado responsável pela futura



Tuma anuncia que ele e mais três senadores irão ao Ministério Público de São Paulo

operação da linha. O relator do ofício referente ao projeto é o senador Flexa Ribeiro.

– Estamos trabalhando em respeito aos cidadãos que tiveram seus familiares mortos no acidente e também buscamos clareza na aplicação do dinheiro nas obras do metrô de São Paulo – destacou Tuma, ao informar ainda que já pediu ao Banco Central todo o cronograma de liberação de recursos ao consórcio que vem realizando a obra da Linha Amarela.

Em audiência sobre violência urbana, senadores e palestrantes apontam necessidade de investimentos em educação e na ressocialização de adolescentes infratores

Especialistas são contra redução da maioria

O aumento da violência urbana foi discutido ontem em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Mais investimento em educação, adoção de penas alternativas, manutenção da maioria penal em 18 anos e apoio a centros que trabalhem efetivamente pela ressocialização dos menores infratores foram as principais sugestões defendidas na ocasião.

Um dos temas mais debatidos foi a redução da maioria penal de 18 para 16 anos – discussão que ganhou força após o assassinato do menino João Hélio, no Rio de Janeiro, no início do mês, porque um adolescente esteve envolvido no crime. Contrário à idéia, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, disse acreditar que os adolescentes têm mais capacidade de ressocialização do que adultos criminosos e que seria nocivo para os jovens ingressarem no sistema penitenciário brasileiro, onde só aprenderiam mais sobre o crime.

– A diminuição da maioria penal funcionaria apenas na fachada, daria apenas uma falsa sensação de mais segurança. A sociedade quer efetividade no cumprimento das penas alternativas para menores, um instrumento de que já dispomos, e investimento no Judiciário para permitir a fiscalização do cumprimento dessas penas – afirmou o procurador.

Já o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu que as instituições que recebem menores infratores se tornem instituições de ensino e não “depósitos de jovens confinados”.

– Não devemos discutir pena maior ou menor em cima de notícias de jornais. Temos que discutir em cima de estatísticas e os crimes violentos praticados por menores não chegam a 0,2% do total – ressaltou Jomar Alves Moreno, conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seção-DF.

Educação

O secretário-executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos

do Brasil (CNBB), Carlos Moura, defendeu o investimento em educação como prevenção contra o crime, já que, conforme lembrou, a maioria dos adolescentes infratores vem de famílias desestruturadas e deixou de estudar. Carlos Moura também afirmou que há discriminação e racismo nos presídios, e lamentou que existam mais de 150 mil mandados de prisão expedidos não cumpridos pela Justiça, o que, segundo ele, é um fomento à sensação de impunidade.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) assinalou que há no Brasil uma “sociedade de castas”, formadas por incluídos e excluídos. Para o senador, as pessoas não se tratam mais como semelhantes e o país vive um apartheid implícito. Na opinião de Cristovam, a educação é a única forma de se enfrentar a situação, mas, como essa mudança seria a longo prazo, ele sugeriu que, em alguns casos, os adolescentes mais violentos sejam tratados de maneira diferenciada.

Na opinião da subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança

e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Carmem de Oliveira, a redução da maioria penal só levará as crianças a serem recrutadas mais cedo pelos criminosos. Ela citou dados do sistema penal dos Estados Unidos, país que permite, inclusive, que adolescentes infratores sejam condenados à morte, e destacou que lá não há sinais de diminuição da criminalidade nessa faixa etária.

– A questão não é a idade de entendimento, 18 anos foi a maioria decidida por critérios políticos. Mesmo uma criança de sete anos já tem capacidade de entender que não deve matar nem roubar. Mas a prisão de adolescentes aumenta a reincidência, principalmente por causa do ingresso antecipado no sistema prisional – avaliou.

A subsecretária sugeriu a implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), projeto que investe na educação e na profissionalização, sem priorizar o encarceramento dos adolescentes.

Paim manifesta satisfação com audiência

Em discurso na tribuna, Paulo Paim disse ontem que está satisfeito com os resultados da primeira audiência pública do ciclo de debates sobre a violência urbana, realizada ontem pela CDH, comissão que preside.

O senador assinalou que “o evento teve o objetivo de olhar para o passado e o presente, projetando o futuro”. Ele lembrou que todos os convidados concordaram com a necessidade de punição de menores infratores, mas também foram unânimes em dizer que colocá-los com adultos na prisão ou apenas aumentar a responsabilidade do menor de idade não é solução.

– Os senadores e as entidades de direitos humanos que se fizeram presentes deixaram no ar a seguinte reflexão: Por que chegamos neste momento? Onde erramos? O que fizemos que permitiu que a violência aumentasse de forma tão assustadora? – disse.

Segundo Paim, nessa primeira audiência do ciclo de debates “surgiram idéias que serão consolidadas com as outras audiências públicas que realizaremos, com certeza, nos próximos seis meses”, com os seguintes temas: Direitos Humanos, Educação e Violência; Direitos Humanos, Trabalho e Violência; e sobre a importância do ensino técnico profissionalizante.

O presidente da CDH defendeu ainda, como forma de prevenção à violência, a proposta de autoria de Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre a criação de uma renda mínima.

– Nada desculpa a violência, mas devemos refletir sobre por que permitimos que a situação chegasse a tal ponto. Gastam-se com um menor, numa casa de detenção, cerca de R\$ 4,4 mil por mês. Esse valor é suficiente para dar a um aluno uma bolsa-educação de R\$ 200, durante dois anos – argumentou.

Palestrantes avaliam projetos em tramitação na Casa

Durante a audiência pública que debateu a violência urbana, realizada na Comissão de Direitos Humanos, a subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Carmem de Oliveira, disse ser contrária à proposta em tramitação no Senado que abre a possibilidade de jovens entre 16 e 18 anos irem para a prisão em casos excepcionais, como pela prática de crimes hediondos (PLS 8/04).

Ela sugeriu que os centros de internação para menores infratores é que devem decidir sobre a punição aos adolescentes.

– Preconizamos uma política diferenciada dentro do sistema socioeducativo, mas não acreditamos que o sistema penal tenha condições de construir uma atenção diferenciada – analisou.

Carmem defendeu ainda a votação, pelo Congresso, de proposta que determine a obrigatoriedade da execução de medidas socioeducativas para os adolescentes infratores, e do projeto que proíbe o contingenciamento de recursos para políticas públicas destinadas a esse segmento (PLS 134/06, já aprovado no Senado).

Já o conselheiro da seccional do



Paim (3º à esquerda) preside audiência da qual participam Jomar Moreno, Carlos Moura, Carmem de Oliveira, Vinicius Dônola e Nicolao Neto

DF da OAB Jomar Moreno anunciou ser contrário à proposta de tratamento diferenciado para jovens a partir dos 16 anos que cometerem homicídios ou crimes hediondos, por “medo que a exceção se torne generalizada”.

Ele lembrou que a Comissão de Direitos Humanos da OAB critica a atuação dos órgãos responsáveis pela detenção de jovens infratores por não agirem como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, atuando na profissionalização dos internos, propiciando-lhes alternativas ou qualquer tipo de amparo.

O jornalista Vinicius Dônola,

autor de uma reportagem da TV Globo sobre violência urbana para o programa Fantástico, lembrou que as desigualdades sociais no Brasil geraram indiferença entre excluídos e dominantes.

O secretário-executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB, Carlos Moura, disse que, na discussão sobre violência urbana, é essencial lembrar o racismo e o preconceito de que, considera, os afrodescendentes são vítimas no Brasil. Ele pediu que o governo e a imprensa divulguem os dispositivos legais que garantem direitos às minorias, como está previsto na Constituição.

– Vamos ouvir as esperanças e os anseios dos excluídos, vamos trazê-los para o debate. E a CDH deve ser a vanguarda desse processo dentro do Parlamento – disse.

Também participaram da audiência representantes de organizações não-governamentais que lutam pelos direitos humanos.

O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), ao final da reunião, ressaltou que essa foi apenas a primeira audiência de uma série com vários enfoques, como educação, setores discriminados, ensino técnico profissionalizante, bolsas para jovens e redução da maioria penal.

Mapa mundi da maioria penal



Fonte: Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), 2005

Brasil em números

Existem no Brasil 39.578 menores cumprindo algum tipo de medida socioeducativa, o que representa 0,2% da população entre 12 e 18 anos.

13.489 desses menores estão internados em instituições como as Febems.

50% dos menores infratores do país estão no estado de São Paulo. Desses, 41,2% cumprem pena por roubo e 14,7% por homicídio.

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo

Curiosidades

- Na Suécia, em abril de 1997, havia apenas 15 jovens na faixa etária entre 14 e 18 anos cumprindo pena em alguma prisão.

- Na China, adolescentes entre 14 e 18 anos estão sujeitos a um sistema judicial juvenil, e suas penas podem chegar à prisão perpétua no caso de crimes particularmente bárbaros (chamados no Brasil de crimes hediondos).

Cristovam: crime hediondo é a desigualdade social

Senador estranha que no Brasil se comemore o fato de 95% das crianças estarem matriculadas no ensino básico, quando se deveria lamentar que 5% não estejam

Após ter participado da primeira audiência pública sobre violência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), ocorrida na manhã de ontem, Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs em Plenário uma reflexão sobre a separação entre crimes comuns e aqueles considerados hediondos. O senador considera a distinção equivocada e fruto da banalização da violência. Para ele, a redução da maioria penal e o aumento de estabelecimentos prisionais não seriam soluções suficientes.

Cristovam afirmou que a desigualdade social no Brasil é um crime tão hediondo quanto o que tirou a vida do menino João Hélio Fernandes Vieites, no Rio de Janeiro, morto ao ser arrastado por sete quilômetros preso ao cinto de segurança do carro.

– Deixar uma criança para trás



Solução para criminalidade estaria na “revolução educacional”, diz Cristovam

é um crime. Não vou dizer que é pior arrastar uma criança; é mais forte, mais dramático. Deixar uma criança para trás é em si um crime também carregado de hediondez – afirmou o senador, ao referir-se às crianças que estão fora da escola.

Cristovam considera um crime hediondo o fato de 5% das crian-

ças, ou 1,5 milhão delas, estarem fora da escola. Mas, no Brasil, comemora-se o fato de 95% das crianças estarem matriculadas no ensino básico. Cristovam acrescentou que, das que estudam, somente 18% concluem o ensino médio com aproveitamento “médio”.

Conforme o parlamentar, a solução para a criminalidade estaria numa “revolução educacional” que intitulou “revolução doce”, com mais professores, mais escolas e mais educação.

Cristovam parabenizou Eduardo Suplicy (PT-SP) por trazer à tribuna com frequência dificuldades enfrentadas por brasileiros, como no caso da detenção de 40 brasileiros na fronteira Estados Unidos/México nessa última quarta-feira, por tentativa de entrada ilegal no território norteamericano.

Maciel ressalta avanços da educação com FHC

“A educação é uma guerra que, infelizmente, estamos perdendo, mas não se pode deixar de reconhecer que avançamos nos últimos anos no campo do ensino, sobretudo nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso.” A avaliação foi feita por Marco Maciel (PFL-PE), que creditou muitos dos avanços à criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

– É de se esperar que, com a promulgação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), embora as perspectivas não sejam tão alentadoras, haja continuidade do esforço feito por Fernando Henrique através do Fundef. E que o Fundeb possa eliminar as carências ainda persistentes na área da educação, de um modo especial reduzindo as acentuadas taxas de evasão e repetência – desejou Maciel.



Maciel espera que o Fundeb possa eliminar carências ainda persistentes

Conforme o senador, o fato de o governo Fernando Henrique – do qual foi vice-presidente – ter contado com apenas um ministro da Educação, Paulo Renato Souza, nos seus oito anos de duração, contribuiu para o êxito no ensino. No entanto, ele lamentou que o presidente Lula, com pouco mais de quatro anos de mandato, já esteja prestes a nomear seu quarto ministro da área.

Com relação ao ensino superior, Maciel lembrou que, em 1995, os matriculados no terceiro grau chegavam a 1,7 milhão. Depois dos oito anos do governo Fernando Henrique, esse número pulou para 3,8 milhões.

Suplicy, Virgílio e Raupp comemoram tema da Campanha da Fraternidade 2007, que defende a preservação da floresta amazônica e da qualidade de vida de seus habitantes

Senadores elogiam campanha da CNBB sobre a Amazônia

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o lançamento, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Campanha da Fraternidade 2007, com o tema “Fraternidade e Amazônia”. Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Valdir Raupp (PMDB-RO) endossaram os elogios.

Suplicy ressaltou o teor da mensagem do secretário-geral da CNBB, dom Odilo Pedro Scherer, que chamou a atenção para a importância de todos os cidadãos brasileiros serem solidários à preservação da floresta amazônica e da qualidade de vida de seus habitantes. O senador paulista afirmou que crimes como os que vitimaram a missionária Dorothy Stang e o seringueiro Chico Mendes não podem mais ocorrer.

Virgílio disse não acreditar em



Suplicy: não pode mais haver assassinatos como os de Dorothy Stang e Chico Mendes

desenvolvimento econômico “sem respeito à ecologia”. O líder do PSDB destacou que o Brasil precisa mostrar ao mundo ser capaz de desenvolver a região amazônica sem devastar a floresta.

– A Humanidade está em perigo. A maneira atual de produzir é

suicida, pois leva a um progresso que não será aproveitado pelas futuras gerações – observou.

Raupp, na presidência dos trabalhos, assinalou que o esforço dos países em desenvolvimento de nada adiantará se os desenvolvidos não diminuírem a emissão de gás carbônico para a atmosfera.

Sem-teto

Suplicy aproveitou para cobrar das autoridades federais, estaduais e municipais entendimento quanto à situação das centenas de famílias sem-teto que ocupam desde 2002 um edifício na Avenida Prestes Maia, na cidade de São Paulo. Ele disse que o presidente Lula, o governador José Serra e o prefeito Gilberto Kassab devem se unir para auxiliar as famílias, que podem ser despejadas nos próximos dias.

Virgílio propõe incentivo a obras de infra-estrutura na região

Arthur Virgílio defendeu ontem projeto de sua autoria (PLS 43/07) que assegura meios para a implantação, nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de empreendimentos de grande envergadura em infra-estrutura – como usinas e redes de energia, rodovias, hidrovias e redes de telecomunicação.

– O projeto é abrangente e beneficia também a região Nordeste, via Sudene [Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste].

A atual fase da vida brasileira é propícia para se repensar a retomada do desenvolvimento. A região Norte, no caso, já apresenta no estado do Amazonas sinais de enfraquecimento na evolução da indústria – alertou. O senador ressaltou que, em contrapartida, o Pará apresentou em 2006 o maior índice de crescimento industrial aferido no país (14,2%), “o que configura um fator de equilíbrio na economia regional”.

Virgílio explicou que o projeto altera a MP 2.199/01, prorrogando



Para Virgílio, Amazônia deve ter usinas, rodovias, hidrovias e telecomunicações

incentivos fiscais de redução e restabelecendo os de isenção relativos ao imposto sobre a renda de pessoas jurídicas que tenham propostas consideradas prioritárias para o desenvolvimento regional.

Raupp defende desenvolvimento com preservação

“Não podemos dilapidar de maneira irresponsável nossos recursos naturais, mas também não podemos, em nome de um purismo sem sentido, abrir mão das perspectivas do desenvolvimento da Amazônia”, opinou Valdir Raupp.

O senador afirmou que a insensibilidade dos que defendem o progresso a qualquer preço, somada à intransigência dos que não admitem uma mínima intervenção no meio ambiente,



Questão da Amazônia deve ser tratada sem radicalismos, opina Raupp

contribuem para a falta de uma solução definitiva para a região amazônica.

Na avaliação de Raupp, da mesma forma que existem países, empresas e organizações bem-intencionados com relação

à Amazônia, há outros cujos discursos devem merecer desconfiança e redobrada atenção.

– Ao assumir uma posição mais crítica, identificamos a presença de grupos mal-intencionados e de outros que, por desconhecimento da realidade, são levados a uma interpretação equivocada dos fatos – afirmou.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou os discursos pela internacionalização da Amazônia sob a alegação de que os brasileiros permitem queimadas na floresta. “Usar arsenais nucleares é mais grave ainda. Internacionalizemos os arsenais nucleares, então.”

Gilvam vê novas perspectivas com a recriação da Sudam

Gilvam Borges (PMDB-AP) disse que o processo de recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) traz perspectivas positivas e animadoras para os estados do Norte. A nova Sudam, na opinião do senador, poderá “influir decisivamente no crescimento sustentável dos agregados econômicos e sociais, ajustando ao processo o menor impacto ambiental possível”.

– A Amazônia guarda um mundo de prosperidade à espera de iniciativas corretas e concretas.

O parlamentar chamou a atenção para a possibilidade de se repensar, em profundidade, a vocação da região, estabelecendo quais serão as “alavancas mais adequadas ao desenvolvimento regional sob algumas diretrizes básicas, como o cuidado com a Amazônia ecológica, o respeito à cultura do homem da região e a velocidade que precisa ser empregada no resgate da enorme dívida contraída, de parte do conjunto do país, por anos e anos de uma atenção deficiente e descontinuada para com a Amazônia”.

Gilvam destacou a importân-



Gilvam: “A Amazônia guarda um mundo de prosperidade à espera de iniciativas”

cia de se ter “uma visão muito clara do que fazer e também do que evitar”. Ele apontou como campos a incentivar a tecnologia da informação, a biotecnologia e outras atividades de caráter não-poluidor associáveis a esses dois setores, com especial atenção ao setor de combustíveis. E ressaltou que o extrativismo praticado pelas populações tradicionais também “apresenta uma série de novas possibilidades”.

– Façamos, pois, da nova Sudam mais do que uma sigla agregadora de projetos engavetados, discursos empoeirados e dinheiro desperdiçado – conclamou.

Senado lembra dez anos da morte de Darcy Ribeiro

Na próxima terça-feira, o Senado realiza sessão especial pela passagem dos dez anos do falecimento do antropólogo, sociólogo e ex-senador Darcy Ribeiro.

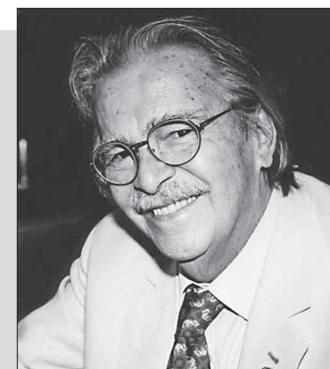
O requerimento para a realização da sessão é de autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF), que solicitou a homenagem ao “excepcional educador, intelectual e político Darcy Ribeiro”.

Ele foi relator no Senado da matéria que deu origem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – a LDB (Lei 9.394/96), que ficou conhecida como Lei Darcy Ribeiro.

Uma contribuição essencial da LDB à qualificação do magistério foi a criação dos institutos superiores de educação (ISEs), dedicados à formação de professores.

Inspirado pelo movimento da Escola Nova, o ex-senador foi um dos primeiros a se engajar politicamente na causa do ensino público gratuito e de qualidade.

Entre as principais criações



Sessão especial homenageia o educador e ex-senador Darcy Ribeiro

de Darcy Ribeiro estão os centros integrados de educação pública (Cieps), escolas de horário integral do Rio de Janeiro, e o projeto da Universidade de Brasília (UnB).

Nascido em Montes Claros (MG), em 26 de outubro de 1922, Darcy Ribeiro faleceu em 17 de fevereiro de 1997. Foi ministro da Educação (1962-1963), chefe da Casa Civil (1961-1964), vice-governador do Rio (1982-1985), além de senador (1990-1997), etnólogo e educador.

A UnB foi inaugurada em 21 de abril de 1962, e neste ano completará 45 anos de atividades. Darcy Ribeiro foi seu primeiro reitor, cargo que Cristovam Buarque também ocupou por quatro anos.

Crescimento econômico será prioridade da CAE, diz Mercadante

O crescimento do país será a prioridade da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) nos próximos dois anos, de acordo com o novo presidente do colegiado, Aloizio Mercadante (PT-SP). Em entrevista à TV Senado, ele defendeu uma redução mais rápida da taxa básica de juros e afirmou que a CAE poderá ter novas subcomissões para tratar da tramitação do Orçamento e das reformas tributária e previdenciária. Mercadante se mostrou favorável à sugestão de governadores de criar a Desvinculação de Recursos Estaduais (DRE) nos moldes da DRU (Desvinculação das Receitas da União), embora não apóie a proposta de repasse de recursos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para estados e municípios.

O senador declarou que é fundamental aumentar a capacidade de investimento do Estado, para que se possa impulsionar o crescimento do produto interno bruto (PIB). Ele ressaltou que, para obter uma taxa de crescimento de 5% ao ano – como havia prometido o presidente da República no período eleitoral –, são necessários investimentos anuais de aproximadamente 25% do PIB. De acordo com o parlamentar, o setor privado realiza anualmente investimentos de cerca de 18% do PIB, enquanto o Estado é responsável por uma parcela muito menor: 2,4%. Segundo observou, é necessário disciplinar as despesas do governo – principalmente os gastos correntes – para ampliar a capacidade de investimento do Estado.

Mercadante também apontou a importância do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas ressaltou que, isoladamente, o pacote não é suficiente para aquecer a economia.

– Além do PAC, é necessário debater a política macroeconômica, especialmente no que se refere às taxas de juros e de câmbio – frisou.

Política monetária

O senador afirmou que, como economista, considera ser possível reduzir com mais rapidez a taxa básica de juros – atualmente em 13% ao ano –, pois a inflação está sob controle “há muito tempo” e, além disso, existiria capacidade ociosa na indústria para um eventual aumento da demanda. Ele lembrou que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou uma inflação de 3,14% no ano passado, abaixo da meta fixada pelo Conselho



Presidente do colegiado, Mercadante quer redução mais rápida da taxa de juros

Monetário Nacional (CMN), de 4,5% ao ano.

Mercadante pretende estabelecer audiências trimestrais com os dirigentes do Banco Central, para discussões regulares sobre a política monetária e, mais especificamente, a meta da inflação.

Subcomissões

Ele adiantou que deverão ser criadas novas subcomissões na CAE. Segundo afirmou, Tasso Jereissati (PSDB-CE) propôs uma para tratar da reforma tributária; Sérgio Guerra (PSDB-PE) quer outra para discutir a tramitação do Orçamento; Delcídio Amaral (PT-MS) defende uma subcomissão sobre marco regulatório; Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sugere um colegiado para debater o pacto federativo e a Lei Kandir; e Romero Jucá (PMDB-RR) quer uma subcomissão para tratar da reforma previdenciária.

Quanto à tramitação do Orçamento, Mercadante propõe que as discussões e as emendas ao respectivo projeto sejam feitas nas comissões permanentes (como as de Agricultura e Educação, por exemplo), cabendo à Comissão Mista de Orçamento (CMO) apenas a sistematização das decisões tomadas naquelas comissões.

Arrecadação

Sobre a sugestão de um grupo de governadores para que seja criada a Desvinculação de Recursos Estaduais, Mercadante declarou que “a DRE é um instrumento que pode contribuir para disciplinar as finanças dos estados”.

– Poderia ser criada no âmbito das legislações estaduais, mas o Congresso também poderia contribuir, talvez, por meio de uma lei complementar – afirmou.

Por outro lado, o senador se mostrou contrário à proposta de destinar 20% das receitas da CPMF aos estados e 10% aos municípios. De acordo com o presidente da CAE, o repasse de recursos da contribuição para estados e municípios poderia agravar ainda mais a situação financeira da Previdência.

Controle social e universalização dos serviços de abastecimento de água, rede de esgoto, drenagem de águas pluviais e coleta de lixo são previstos em nova lei

Já estão em vigor as novas regras para saneamento básico

Entrou ontem em vigor a Lei do Saneamento Básico, que prevê a universalização dos serviços de abastecimento de água, rede de esgoto e drenagem de águas pluviais, além da coleta de lixo.

Uma das novidades é o controle social na gestão dos serviços. De acordo com o secretário nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Sérgio Antônio Gonçalves, a lei (11.445/07) garante à sociedade informações e participação na formulação das políticas.

Será criado o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa), que permitirá o monitoramento, pela internet, da prestação dos serviços.

No caso de inadimplência do usuário, somente hospitais, escolas, asilos e penitenciárias têm a garantia do fornecimento do serviço. O consumidor deve ser informado do corte com 30 dias de antecedência.

A lei determina investimentos



Setor de saneamento deve receber investimentos anuais de R\$ 10 bilhões

no setor de R\$ 10 bilhões por ano, incluídos recursos (R\$ 3 bilhões) provenientes do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Esse investimento durante 20 anos deve garantir o acesso de todos os domicílios do país ao saneamento básico.

Somente 47% da população urbana brasileira têm acesso a rede coletora de esgoto e apenas metade desse percentual conta com serviço de tratamento de

esgoto. A maior parte dos novos investimentos será direcionada para o esgotamento sanitário.

A lei é fruto do trabalho da Comissão Especial Mista de Saneamento, presidida pelo senador César Borges (PFL-BA), que aprovou no ano passado substitutivo do relator, deputado Júlio Lopes (PL-RJ), depois acolhido pelos plenários do Senado e da Câmara. (Com informações da Agência Brasil)

Comissão de Relações Exteriores ouve Roberto Abdenur

O diplomata Roberto Abdenur, que até o início deste ano ocupou o posto de embaixador brasileiro nos Estados Unidos, deverá comparecer à Comissão de Relações Exteriores (CRE) na próxima terça-feira. Ele irá se pronunciar a respeito da entrevista que concedeu à revista *Veja*, publicada na edição de 7 de fevereiro, em que

criticou a forma de promoção de diplomatas e a política externa do governo do PT.

Entre outras afirmações, Abdenur disse a Otávio Cabral, repórter que assina a entrevista, que atualmente há um sentimento generalizado de que os diplomatas são promovidos de acordo com sua afinidade política e ideológica,

e não por competência.

Abdenur também revelou que a política externa praticada no governo Lula é contaminada pelo antiamericanismo e criticou o que considera uma dimensão exagerada dada à cooperação entre os países menos desenvolvidos como eixo básico da diplomacia brasileira.

Voto de pesar por Valdemar Grazziotin

O Plenário do Senado aprovou voto de pesar pelo falecimento de Valdemar Grazziotin, ocorrido no dia 16 deste mês. O voto foi requerido pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). Catarinense de nascimento, Valdemar, pai da deputada federal Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), viveu durante 33 anos em Manaus. Segundo Arthur Virgílio, ele se tornou conhecido por sua militância política na área de assessoramento do PCdoB.

Suplicy se solidariza com brasileiros presos na fronteira EUA/México

Eduardo Suplicy (PT-SP) solidarizou-se ontem, em Plenário, com os 40 brasileiros detidos na fronteira Estados Unidos/México, por tentativa de entrada ilegal naquele país.

– Eu gostaria de mais uma vez ressaltar que será próprio, ainda mais porque os Estados Unidos tanto desejam que haja a integração das Américas, que essa integração se faça, em breve, não apenas do ponto de vista de estarem os capitais e bens de serviço circulando livremente pelas fronteiras das Américas, mas sobretudo, o que é mais importante,

os seres humanos, para que não haja mais esse tipo de prisão de cidadãos das mais diversas nações das Américas. E que tenhamos uma real integração, havendo maior homogeneidade de direitos sociais e oportunidades para todos – ponderou.

O senador questionou ainda deliberação recente do Congresso americano sobre a possibilidade de ampliar a extensão dos muros que separam o país do México e indagou como ficaria a imagem do Brasil, caso este optasse por erguer muros nas fronteiras com países vizinhos.

Senador lembra, entre outras medidas, criação de instituto que será responsável pelo intercâmbio de práticas sociais entre as nações integrantes do mercado comum

Zambiasi destaca iniciativas do Mercosul em favor da integração

A criação do Instituto Social do Mercosul (ISM), durante reunião, no mês passado, do Conselho do Mercado Comum, foi destacada ontem, em Plenário, pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Segundo o parlamentar, a nova entidade contribuirá para o avanço da “dimensão social” do bloco e, conseqüentemente, para o fortalecimento da integração entre os países participantes.

Com sede em Assunção, no Paraguai, o órgão tem entre seus objetivos o intercâmbio de práticas sociais entre os países-membros e a colaboração técnica para a efetivação de políticas sociais regionais. No ano passado, exemplificou, parceria entre a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) resultou em um estudo com sugestões para a convergência das legislações nacionais sobre o combate ao trabalho infantil. Esse tema, disse, é pertinente ao instituto.

Zambiasi relembrou a instalação do Parlamento do Mercosul, em dezembro, em sessão solene do Congresso Nacional. Outra decisão importante, continuou o senador, foi a aprovação dos projetos-piloto do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Esses projetos serão direcionados para o enfrentamento das disparidades entre os países participantes na busca do desenvolvimento social e econômico, explicou o senador.

Suplicy: é possível compatibilizar crescimento com inflação baixa

Ao relatar, em discurso no Plenário, recente viagem que fez à China, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ser possível que a economia de um país cresça a taxas excepcionais sem que a inflação dispare. O senador observou que o produto interno bruto (PIB) chinês cresceu 10,7% no ano passado, contra uma inflação de 1,5%. Já o PIB brasileiro aumentou em 2,7%, enquanto a inflação atingiu 3,14%.

– Na China, está sendo perfeitamente possível compatibilizar extraordinária taxa de crescimento da economia com estabilidade



Roosevelt/Prêmio

Zambiasi ressalta estudo para combate ao trabalho infantil nos países-membros

Uma das proposições do Focem, de acordo com Zambiasi, prevê medidas integradas de combate à febre aftosa nos países do bloco. Com recursos previstos no Orçamento de 2007, o projeto já resultou em convênio entre Brasil e Bolívia para ações integradas no combate aos focos de febre aftosa identificados em algumas áreas da nação vizinha. Os 11 projetos do Focem deverão contar com investimentos da ordem de US\$ 72 milhões no apoio às microempresas, ao desenvolvimento tecnológico e à melhoria da infra-estrutura viária dos países-membros.

Foi também motivo de comemoração, conforme Zambiasi, a criação do Observatório da Democracia do Mercosul, associado ao Centro Mercosul de Promoção do Estado de Direito. O observatório terá o objetivo de assegurar o funcionamento das instituições democráticas na região, por meio

▼ Bloco se amplia com ingresso de associados

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) tem sua origem no Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991 por representantes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de comporem um mercado comum na América do Sul. Em 1994, com a assinatura do chamado Protocolo de Ouro Preto, foi feito um complemento ao tratado, então reconhecido juridicamente e internacionalmente como uma organização.

Figuram entre os Estados participantes do Mercosul Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela. São estados associados: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru, e o México é observador.

de medidas como o acompanhamento dos processos eleitorais.

O próximo passo, adiantou Zambiasi, é a adequação da atual Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul – que ele preside – aos dispositivos do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul. Com isso, a comissão conjunta será transformada em Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.



Roosevelt/Prêmio

Suplicy: China cresceu 10,7% no ano passado com uma inflação de 1,5%

no Brasil. No período de 1975 a 2004, o PIB per capita chinês cresceu 8,4% ao ano, enquanto o brasileiro aumentou anualmente 0,7%. Como resultado, o PIB per capita chinês chegou a 43% do brasileiro, assinalou.

Subsecretário dos EUA prevê maior aproximação com a América Latina

O ano de 2007 será de maior aproximação entre os Estados Unidos e a América Latina, segundo o subsecretário de Estado norte-americano para Assuntos Políticos, Nicholas Burns. Em entrevista ao programa Diplomacia, da TV Senado, ele defendeu a cooperação com o Brasil na área de combustíveis alternativos, ressaltou a consolidação da democracia nas Américas e anunciou o interesse de seu país pela construção de uma “agenda positiva” para a região.

Os Estados Unidos e o Brasil são responsáveis por 70% do mercado global de biocombustíveis, de acordo com o subsecretário, que visitou há poucos dias Brasília e São Paulo. Os dois países, na sua opinião, podem cooperar em pesquisas científicas destinadas a obter maior eficiência na produção de etanol, assim como na criação de um mercado global

para o produto – com benefícios para as duas economias.

Ao comentar a situação política da região, o subsecretário lembrou que foram realizadas 13 eleições nas Américas em 2006. Em “quase todos os casos”, ressaltou, ocorreu um movimento pela preservação da democracia. A exceção, a seu ver, seria a Venezuela, onde o presidente Hugo Chávez estaria agindo no sentido de enfraquecer o regime democrático. Na sua opinião, o líder venezuelano estaria “isolado” e não representaria a “voz principal” da América do Sul.

– Chávez não está na nossa tela de radar. Poderíamos sentar todos os dias, em Washington, e ficar obcecados por ele, ou então tentar fazer uma agenda positiva com nossos amigos. É isto o que estamos fazendo, e por isso escolhemos uma parceria tão importante com o Brasil – disse Burns.



Jana Araújo

Embaixador chileno, Alvaro Díaz, faz convite ao presidente da comissão, Heráclito Fortes

Senadores da CRE vão discutir com colegas do Chile relações bilaterais

Uma delegação de senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deverá visitar o Chile em maio, para debater com colegas do colegiado congêneres do Senado chileno as perspectivas do relacionamento bilateral. Convite nesse sentido foi feito pelo embaixador chileno, Alvaro Díaz Pérez, ao presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

Esta será a segunda reunião de representantes das comissões de Relações Exteriores dos dois países. Em abril de 2006, quatro senadores do Chile estiveram em Brasília. Na opinião do embaixador, o momento é oportuno para retomar o diálogo bilateral.

– Agora é a vez de os senadores da comissão brasileira visitarem a comissão chilena – sugeriu Alvaro Díaz.

Um dos temas do diálogo entre senadores dos dois países, segundo o embaixador, deverá ser a ampliação, atualmente em discussão, do Acordo de Complementação Econômica entre o Chile e o Mercosul. Além de comércio, antecipou, o novo acordo deverá tratar também de serviços e investimentos.

Díaz citou ainda, entre os temas da agenda bilateral, a construção dos chamados corredores bioceânicos – rodovias e ferrovias que ligarão o Atlântico ao Pacífico – e a cooperação científica e tecnológica nos próximos anos.

De acordo com Heráclito Fortes, parlamentares dos dois países deverão debater desde as possibilidades de pesquisas conjuntas na área de biotecnologia até os rumos da reforma previdenciária.